



PIBID E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: CONSIDERAÇÕES DOS PROGRAMAS A PARTIR DOS SEUS EDITAIS (2018-2019)

Tiago Henrique de Oliveira [*]

Cláudia Mara Niquini [**]

Leandro Batista Cordeiro [***]

[*] Mestre em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Professor da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0581-4471>
E-mail: henrique.tiago@ufvjm.edu.br

[**] Docente do Departamento de Educação Física e da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Doutora em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4583-0107>
E-mail: claudia.niquini@ufvjm.edu.br

[***] Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Doutor em Estudos do Lazer. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9081-3560>
E-mail: leandro.cordeiro@ufvjm.edu.br

RESUMO

A presente investigação buscou analisar as similitudes e diferenças dos editais nº 06/2018 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e nº 07/2018 da Residência Pedagógica (RP), no intuito de entender a organização e estrutura dos respectivos programas, os quais são voltados para a formação docente. Para tanto, foi realizada uma análise documental dos editais, nas seguintes seções: finalidade do edital; objetivos dos programas; definições; instituições e cursos elegíveis; fomento; requisitos de participação dos discentes e docentes. Os editais demonstraram ter várias semelhanças, como a articulação universidade/escola, valores de bolsas e a inserção do licenciando na escola básica; levantando reflexões sobre ciclos partidários no Brasil e as políticas educacionais. As diferenças identificadas nos editais referem-se, em especial, ao vínculo do bolsista (licenciando) e às condições de ingresso deles na RP. Também não se identificou articulação entre os programas nos editais. A partir dos dados, algumas normativas da RP foram consideradas ambíguas, gerando dúvidas sobre a sua implementação.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Pibid. Formação de professores.



INTRODUÇÃO

Buscando entender determinados aspectos da formação docente no país, pesquisamos e procuramos compreender a atual política governamental para auxílio e incentivo à formação dos professores para o ensino básico, somados à integração e aproximação das universidades e das escolas básicas (EB). Nesse sentido, faz-se necessário lembrar o principal órgão governamental responsável em gerir e operacionalizar programas e ações de incentivo à formação docente para a educação básica, através de programas e ações de incentivo a estes profissionais: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão este vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que também possui o intuito de fomentar e consolidar a pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados do País.

A Capes tem em sua estrutura uma área específica para tratar exclusivamente sobre formação dos professores na educação básica, a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB), setor que trabalha em duas linhas de ação:

Na indução à formação inicial de professores para a Educação Básica, organizando e apoiando a oferta de cursos de licenciatura presenciais especiais, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor.
No fomento a projetos de estudos, pesquisas e inovação, desenvolvendo um conjunto articulado de programas voltados para a valorização do magistério (CAPES, 2019).

Segundo Capes (2013), a DEB trabalha sob uma ótica educacional, com programas inseridos em uma matriz educativa, a partir de três perspectivas, sendo elas: formação de qualidade; integração entre pós-graduação, formação de professores e escola básica; e produção de conhecimento. Na ação da DEB, faz-se presente o compromisso da Capes em valorizar o magistério na EB. Destarte, cito algumas ações da Capes nesse sentido: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Panfor); Observatório da Educação (Obeduc); Novos Talentos; Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life); Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência);



Programa de Cooperação Internacional STEM; Programa de Apoio à Produção de Material Didático para a Educação Básica (Projeto Água); Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura).

Além das ações e programas supracitados, restaram dois que são ofertados pela Capes são justamente os objetos de estudo do presente artigo, ou seja, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica (RP), sob os quais serão expostas suas características, similitudes e diferenças, a fim de compreender melhor os referidos programas.

Tratando-se da articulação, os programas “[...] mantêm um eixo comum que é a formação de qualidade, em um processo intencional, articulado e capaz de se retroalimentar, gerando um movimento progressivo de aperfeiçoamento da formação docente” (CAPES, 2013).

Destaca-se a importância tanto do Pibid quanto da RP, sendo relevantes no processo de formação, visto que ambos articulam a universidade e a educação básica, característica fundamental dos programas e que será evidenciada posteriormente. Romagnolli, Souza e Marques (2014, p. 4) trazem um recorte sobre a relevância do Pibid:

O Pibid surge como importante ferramenta para uma melhor formação de professores, uma vez que o programa faz parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino, concedendo bolsa aos estudantes de graduação dos cursos de licenciaturas no intuito de inserir os graduandos no âmbito escolar, proporcionando um papel mais ativo no processo de ensino-aprendizagem.

A imersão do estudante no ambiente escolar é de suma importância, a fim de amenizar um possível “baque” entre tudo que ele acessa em seu processo formativo e o que encontra na prática, no contexto concreto da instituição escolar. Desse modo, os programas proporcionam certas vivências aos seus atores, imergindo-os na realidade, para buscar conhecer e vivenciar, *in locu*, a prática docente. Outro ponto importante é o pensar a prática e não meramente reproduzi-la, sem uma visão crítica. Segundo Freire (2001, p. 43) “na formação permanente



dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”.

Trazendo um recorte dos programas Pibid e RP na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), edital 2018, foram os programas com o maior número de bolsas ofertadas, sendo o Pibid com 450 bolsistas e a RP com 150, ou seja, juntos os programas ofertaram 600 bolsas para os discentes dos cursos de licenciatura. Entendemos como necessário investigar esses programas e buscar compreender as suas características, o modo como são colocados em prática e suas respectivas finalidades, tanto no âmbito do ensino superior, quanto na educação básica. Neste conjunto, destaca-se que ambos os programas se encontram voltados para a EB e são forjados no domínio das universidades, numa parceria entre os campos, a fim de estreitar laços e auxiliar na formação do licenciando, englobando indivíduos em ambas as esferas, com o objetivo de acrescentar na educação de forma geral.

Dito isto, o interesse do presente estudo perpassa o importante diálogo entre a escola básica e a universidade, através de políticas públicas educacionais, e almeja como objetivo compreender as similitudes e as diferenças entre os programas Pibid e a Residência Pedagógica. Os programas são incentivados e financiados pela Capes, que oferece auxílio financeiro (bolsas) para estudantes e professores de distintas licenciaturas do país, como também para professores da educação básica que participam dos programas. Assim, todos os bolsistas, em diferentes perspectivas, devem exercer atividades pedagógicas em prol do ensino básico, aprimorando a formação inicial de professores.

Nesse sentido, algumas perguntas moveram nosso interesse: quais as características do Pibid e da RP, quanto à finalidade do edital, objetivos dos programas, as definições, das instituições e cursos elegíveis, dos fomentos, dos requisitos de participação dos discentes e docentes? Quais as diferenças entre os dois programas investigados, em especial a partir das informações contidas pelos editais? Diante destas questões, e tomando como objeto de estudo o Pibid e a RP, em específico os editais do ano de 2018, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as aproximações e as diferenças do Pibid e da RP, a partir dos respectivos editais?



A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Entendendo que o (a) professor (a) é uma das profissões com a qual os seres humanos mais se deparam ao longo da vida e a sua atribuição, dentre outras, é a de acompanhar e orientar estudantes desde o primeiro dia na escola até o último dia na universidade, acredita-se ser importante refletir sobre as ações do estado a favor desta importante atuação profissional.

O exercício da docência é uma arte que nunca se encerra e está ininterruptamente em constante mudança, aprimorando e buscando melhorar afim de sempre pensar a prática. Para Costa e Andrade (2016) a aprendizagem do professor não se encerra com a conclusão da sua licenciatura, estando em constante desenvolvimento profissional. No pensamento de Tancredi (2009), o docente aprende a ser professor muito antes de optar por essa carreira, desde a escola quando aluno, tendo o professor como exemplo. Em sua visão, alguns currículos de formação são um pouco defasados e em alguns casos a entrada do discente, pela primeira vez como profissional em uma escola, se torna uma realidade distinta do habitual, ao se deparar com um possível distanciamento entre a sua formação e a prática encontrada no ambiente de trabalho, onde passou da condição de discente para docente e os atores mudaram por completo.

Nesse cenário, a teoria pode ser inaplicável na prática, causando o desafio de uma aglutinação de ambas nos cursos de formação de professores. Desse modo, destaca-se a importância de uma boa formação na graduação, a fim de amenizar a realidade distinta entre a formação na universidade e a prática contextual no ambiente escolar.

As políticas públicas para formação de docentes no Brasil surgem para contribuir de diversas formas, entre elas qualificando a formação inicial de docentes e expondo a necessária formação continuada dos professores em situação de trabalho. Para Barbosa e Fernandes (2017, p. 15) “as ações voltadas para a formação de professores estão inseridas nas políticas educacionais – este é um conceito amplo e engloba tudo aquilo que um governo faz ou deixa



de fazer em e para a educação”. As autoras ainda complementam a sua explicação, ilustrando que: “a formação de professores é um ponto fundamental no escopo das ações que um governo promove em busca das mudanças e/ou melhorias na educação escolar”.

Desse modo entende-se que a formação dos professores está intimamente ligada aos processos de construção, manutenção e de busca na qualidade da educação básica, sendo o professor muito importante (e não só) no organismo escolar ao qual ele está inserido. Assim, a formação do professor suscita em manutenções, mudanças e melhorias na educação básica, ou seja, o processo formativo dos docentes interfere de forma direta ou indireta na qualidade do ensino nas escolas. Portanto, “a formação de professores, entendida em sua dimensão social, deve ser tratada como um direito e como um processo inicial e continuado capaz de dar respostas aos desafios do cotidiano escolar, da contemporaneidade e do avanço tecnológico” (PEREIRA; PINHO; PINHO, 2014, p. 104).

Barbosa e Fernandes (2017) apontam que as políticas educacionais para a formação docente vêm ganhando força desde as décadas passadas, nas quais se notaram que essas ações são importantes para a melhoria da educação básica. Complementando este pensamento, Pereira, Pinho e Pinho (2014) informam que a década de 90 no Brasil ficou conhecida como a “década da educação”, pelo conjunto de reformas e ações sintonizadas com as intenções internacionais com a educação e formação de professores, gerando, assim, vários estudos que passaram a destacar a profissionalização e formação como fatores de suma importância para o progresso da educação. A década da educação começou após a participação do Brasil na conferência mundial de educação para todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia, onde desde então surgiram diversas políticas públicas com a intenção de progredir na melhoria da educação no País. Destaca-se o seguinte ponto sobre a conferência:

Evidencia a preocupação em satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, universalizar, o acesso à educação, promover a equidade, concentrar a atenção na aprendizagem, ampliar os meios e o raio de ação da educação básica e fortalecer



alianças (referindo-se às esferas nacionais, estaduais, municipais, prioritariamente) [...] (COSTA; ANDRADE, 2016, p. 51).

Partindo do fortalecimento das alianças nas esferas nacionais, estaduais e municipais, entende-se que todos são responsáveis pela melhoria da educação, em todos os âmbitos, o governo federal é responsável pelas instituições de educação superior (IES), os estados pelas escolas estaduais, além das universidades estaduais, e as prefeituras pelas escolas e creches municipais. O trabalho em conjunto dessas esferas gera um fortalecimento da educação, como Montandon (2012) ilustra, quando diz que dois princípios sustentaram as ações que incidiam das políticas Públicas que foram voltadas para o avanço da educação, consequentemente, para formação docente: a primeira é o fortalecimento das ações entre as esferas supracitadas; a segunda é a articulação do Ministério da Educação (MEC), as IES e as escolas de educação básica. E, nesse cenário, os documentos oficiais, como leis, decretos, portarias, resoluções e normativas, realçam veementemente a garantia na qualidade do ensino, sempre articulando a teoria com a prática, além dos conhecimentos científicos e didáticos, entendendo a escola como espaço de formação.

Ao longo dos anos foram sendo criados programas que auxiliam na formação do professor, como o Pró-Licenciatura e o Prodocência. De acordo com o site do MEC, o Pró-licenciatura é um programa que oferta cursos de formação inicial na modalidade de ensino a distância para professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou ensino médio, no sistema público de ensino. O programa é uma parceria do MEC com as IES, que inseriram os cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de maneira que o professor/aluno mantenha suas atividades na escola no seu turno de trabalho. o Prodocência é o programa de consolidação das licenciaturas, que visava expandir a qualidade das ações que eram direcionadas à formação dos docentes, dando atenção maior à formação inicial que era ofertada nos cursos de licenciatura das IES federais e estaduais. O programa financiava projetos direcionados para formação e exercício profissional dos futuros professores, além de implementar ações que estavam nas diretrizes curriculares da



formação de docentes para educação básica. Entre os diversos programas que favorecem a formação do docente pelo país, coloca-se em foco no presente trabalho o Pibid e a RP.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid

Fazendo um breve recorte e colocando em evidência alguns objetivos, o Pibid é um programa estabelecido pela Portaria Normativa n. 38, de 12 de dezembro de 2007, modificada em 30 de dezembro de 2010, ação conjunta do Ministério da Educação, da Capes e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa foi criado como uma ação complementar ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Teve sua primeira portaria lançada em 2007, sendo que suas atividades relativas ao primeiro edital somente foram iniciadas nos primeiros meses de 2009, com prioridade para as universidades federais e para os cursos de Química, Física, Biologia e Matemática; a partir de 2009 os editais já incluíam todas as Universidades Públicas.

O Pibid teve oito editais públicos, sendo eles distribuídos entre os anos de 2007, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2018 além do seu último, o qual está em vigor, o de 2020. No ano de 2010 foram lançados dois editais com especificidades diferentes, sendo um direcionado a Universidades comunitárias e outro, denominado Pibid Diversidade, voltado para a educação no campo e educação indígena (MONTANDON, 2012; CAPES, 2013). Já no edital de 2018, a Licenciatura no Campo e a Intercultural Indígena passaram a se juntar no mesmo edital das demais áreas. Tal programa aborda alguns objetivos, como:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;



- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como formadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessária à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (CAPES, 2008).

Consideramos legítimos e relevantes todos os objetivos do Pibid, pois congregam aspectos e propostas capazes de trazer contribuições efetivas para a formação de professores, para uma maior aproximação e articulação entre instituições de ensino, dos mais diversos níveis, assim como para a formação continuada dos professores que já estão imersos no contexto do trabalho educacional no Brasil.

Residência Pedagógica – RP

Evidenciando o que é a Residência Pedagógica e seus objetivos, coloca-se que a RP é um programa da Capes regulamentado pela portaria Nº 38 de 28 de fevereiro de 2018. O programa é uma das ações que integram a política nacional de formação de professores.

A RP prevê um regime de colaboração com os estados e municípios através de suas respectivas secretarias de educação. Com isso, as IES participantes devem articular seus projetos com as propostas pedagógicas da rede de ensino escolhida, para que o licenciando possa ter experiências formativas conforme a escola e rede de ensino definidas. Sua finalidade é induzir o aprimoramento e a formação dos professores, levando o licenciando a ter contato direto com as escolas de educação básica. O discente participante do programa deve realizar atividades, dentre elas, regências de aulas, além de intervenções pedagógicas, acompanhadas pelo docente regente da escola com formação na área de ensino e sendo orientado por um professor da sua IES (CAPES, 2018).

A RP tem como objetivos:

Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional



docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;
Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018).

Notamos que os objetivos propostos para a RP se aproximam do Pibid, seja no que se refere à intenção de contribuir para a formação de discentes dos cursos de licenciatura ou mesmo quanto ao desejo de aproximar as IES das escolas. Por outro lado, destacamos que a RP apresenta dois objetivos não trazidos pelo Pibid, os quais dizem respeito à promoção de reformas curriculares nos cursos de licenciatura e à indução de uma reformulação da formação prática nesses mesmos cursos.

Com efeito, consideramos que estes dois últimos objetivos sugerem algo novo e, quiçá, relevante na formação discente, para além do que o Pibid se propõe, visto que suscitam que a universidade “escute”, reflita e tome decisões, a partir das experiências advindas do interior da RP e das orientações da BNCC.

MÉTODO

Para esta investigação, adotamos a análise documental que, segundo Gil (2010), é um tipo de pesquisa que muito se assemelha à pesquisa bibliográfica, utilizando dados já existentes para sua análise. Ainda para o autor em pauta, a pesquisa bibliográfica se vale de materiais produzidos por autores com propósitos específicos, a serem lidos por públicos específicos. Já a pesquisa documental fundamenta-se em documentos elaborados com finalidades diversas, como relatos de pesquisas, relatórios, atos jurídicos etc. Assim, os documentos analisados neste estudo foram: Chamada Pública para apresentação de propostas nº 06/2018 Residência



Pedagógica e nº 07/2018 Pibid.

Importante registrar que os editais foram acessados via portal oficial da Capes, acompanhando-se todas as suas retificações. Estando em posse das informações oficiais, foram elencados os seguintes tópicos para análise: finalidade do edital, objetivos dos programas, das definições, instituições e cursos elegíveis, do fomento, dos requisitos de participação dos discentes e docentes.

Para a análise desses dois documentos, optamos pela técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2009, p. 42), a qual se refere à:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Nesse tipo de abordagem os dados são codificados, classificados e categorizados, o que possibilita a melhor organização e consequente exame crítico do conteúdo que emerge das mensagens e que são de interesse da pesquisa, possibilitando-nos, a partir dos interesses do estudo, produzir alguns indicadores e/ou inferências.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, apresentaremos as estruturas encontradas nos editais. O edital Pibid apresenta 14 seções, sendo elas: finalidade do edital; do Pibid (objetivos e definições); do regime de colaboração; das instituições e cursos elegíveis; do fomento; dos requisitos de participação dos discentes e docentes; do cronograma de atividades do edital; da proposta; do projeto institucional e suas características; do processo de classificação e seleção; divulgação do resultado; do prazo de recurso; recursos orçamentários e financeiros; e disposições finais. Além do anexo I (Barema) e o anexo II (Tabela de cotas de bolsas de iniciação à docência por região/UF).



No edital RP apresentam-se 13 seções, sendo elas: do objetivo; do programa residência pedagógica (objetivos, definições e regime de colaboração); recursos orçamentários; das instituições proponentes; do fomento; dos requisitos de participação dos discentes e docentes; do cronograma de atividades do edital; da proposta; do projeto institucional e suas características; do processo de seleção; divulgação do resultado; do prazo de recurso; e disposições finais. Além do anexo I (Barema), anexo II (Tabela de distribuição de cotas de bolsas na modalidade residente por região/UF) e o anexo III (Referências para a elaboração do projeto institucional de Residência Pedagógica).

Observa-se que os editais apresentam pouca diferença em sua estrutura, em alguns pontos muda-se o nome da seção, porém elas irão trazer as mesmas informações; o regime de colaboração no edital do Pibid tem a sua própria seção, já no da RP está inserida junto a seção do programa residência pedagógica. A RP também traz um anexo a mais, que trata das referências para elaborar os projetos institucionais. Fora esses detalhes, as estruturas dos editais são iguais.

Desta forma, colocaremos em análise as seguintes seções dos editais (finalidade do edital, objetivos dos programas, das definições, instituições e cursos elegíveis, do fomento, dos requisitos de participação dos discentes e docentes) evidenciando as suas principais similitudes e diferenças.

Finalidade dos Editais

Ambos os editais selecionam as IES que tenham cursos de licenciatura para participarem dos dois programas, sendo que ambos serão realizados em parceria com a rede de ensino da educação básica. No geral os programas têm a mesma finalidade; havendo apenas uma diferença: no edital do Pibid, nesta seção, fica exposto o alvo do programa, evidenciando que é direcionado para discentes que estejam na primeira metade de algum curso de licenciatura em uma IES Pública ou privada sem fins lucrativos, sendo elas presenciais ou a distância. Já a RP não mostra de maneira clara e objetiva o seu público-alvo, expondo em outras seções esta condição para participação no programa.



Objetivos dos Programas

Apresentam alguns pontos em comum, como por exemplo: articular e contribuir para a combinação entre a teoria ensinada na universidade e a prática que é encontrada nas escolas da rede pública, elevando a qualidade da formação do docente. Incentivar e aperfeiçoar a formação inicial dos futuros professores nos cursos de licenciatura. Levar o discente a explorar, criar e participar de experiências metodológicas que auxiliem diretamente no processo de ensino aprendizagem, além de processos didáticos que possam estar presentes na escola.

Além destas semelhanças, os programas apresentam duas diferenças em seus objetivos. O Pibid em seu edital coloca como objetivo a contribuição na valorização do magistério, além de incentivar as escolas Públicas de educação básica, trazendo seus docentes como cofomadores dos bolsistas de iniciação à docência ali inseridos, tornando-os atores na formação inicial do magistério. Já a RP busca induzir a reformulação do estágio supervisionado utilizando como base as experiências da RP, assim como promover a adequação dos currículos a partir das orientações da BNCC.

Nesse sentido, algumas perguntas emergiram: os estágios supervisionados, com características próprias de seus currículos, regiões, áreas de conhecimento, dentre outros, conseguiria atender às finalidades da RP, em um específico recorte de tempo do programa (do edital), especialmente um programa recente na política educacional do governo? Ao citar que pretende ter a BNCC como principal documento norteador para a formação de professores, como é possível uma decisão precipitada sobre um documento que, quando lançado, o edital nem havia sido homologado?

Definições

Nos editais dos programas, observam-se quatro pontos que são comuns em ambos os editais; a inserção dos bolsistas é realizada em escolas básicas da rede Pública de ensino; os discentes participantes são acompanhados na escola por um professor da educação básica; a



orientação será realizada por um docente da IES; e a coordenação de todo projeto da IES será de responsabilidade também de um professor desta instituição.

Quanto às diferenças, as que se destacam e ponto de distanciamento dos programas são quanto ao tempo de participação nos programas e os requisitos de ingresso. O Pibid apresenta que o discente que deseja participar deve estar na primeira metade do curso, a RP prevê que o futuro residente deve estar na segundo metade.

Quanto à dedicação aos programas a RP destaca que cada residente cumprirá um total de 440 horas de atividades em 18 meses de bolsas, já o Pibid evidencia um compromisso de 32 horas semanais sem definir o tempo em meses de participação.

As discussões dos pontos que apareceram em definições serão expostas posteriormente no item “requisitos de participação dos discentes e docentes” em que se apresentarão mais detalhes sobre a participação dos atores e os seus requisitos.

Instituições e Cursos Elegíveis

No que se refere às instituições e cursos elegíveis, há oito semelhanças entre os editais, os quais no geral dizem que as instituições e cursos que podem participar teriam que ser IES públicas ou privadas sem fins lucrativos. No caso de instituições privadas com fins lucrativos, estas devem ser participante do Prouni em seus cursos de licenciatura e devem estar de acordo com os componentes curriculares previstos em ambos os editais, podendo ser os cursos presenciais ou cursos pertencentes à UAB.

Os programas se mostram diferentes apenas em um ponto nesta subcategoria visto que cada programa busca ser reconhecido dentro dos cursos de licenciatura de maneiras distintas. No que se refere à carga horária: o Pibid prevê que a carga horária do discente seja reconhecida como horas de prática como componente curricular, ou de atividades teórico-práticas; já a RP aponta que o programa seja reconhecido como cumprimento do estágio curricular supervisionado.



Fomento

Quanto ao fomento, destacamos três pontos similares: o número de bolsas destinadas à cada programa para os discentes; quem pode participar do programa e em qual modalidade, notando-se que os programas têm as mesmas divisões de modalidades. Entretanto, algumas com nomes diferentes como: iniciação à docência (discente), professor supervisor (professor da educação básica) e coordenador de área (docente da IES) no Pibid; na RP equivale a residente (discente), preceptor (professor da educação básica) e docente orientador (docente da IES). E, por fim, cada programa tem a duração máxima de 18 meses das suas cotas de bolsa, porém a diferença é que o Pibid não traz vínculo entre os participantes, já a RP prevê o cumprimento de 440 horas no programa.

Requisitos de Participação dos Discentes e Docentes

Descreve as condições para recebimento de bolsa em todas as modalidades participantes, sendo que os requisitos são iguais para coordenador institucional, coordenador de área/docente orientador e professor supervisor/preceptor e diferente somente para iniciação à docência. O Pibid coloca como diferença que o discente participante deve estar regularmente matriculado na primeira metade do curso de licenciatura da IES na área do subprojeto e declarar ter 32 horas mensais de dedicação ao programa; já na RP o participante deverá ter cursado 50% do curso, ou estar cursando a partir do 5º período, além de declarar ter condições de dedicar 440 horas para o desenvolvimento das atividades do programa.

Articulando essas diferenças dos programas, observa-se que há uma possível limitação da participação dos alunos de acordo com seu período na graduação, não havendo a opção de participar do programa de preferência ou que se identifique mais com as propostas de trabalho, podendo ingressar somente naquele que sua porcentagem de conclusão do curso o permita.

Outro ponto a questionar é a declaração de cumprimento e como os programas se diferenciam neste aspecto. O Pibid traz a obrigatoriedade de 32 horas mensais, o que demonstra não ter um vínculo contínuo, podendo ser quebrado sem ônus a nenhuma das partes; a RP traz



que a declaração deveria ser de 440 horas a dedicar-se para o cumprimento das atividades, mas neste ponto não traz o período em que deve ser cumprido. Associando-se a outras seções do edital, observa-se que o programa tem duração de 18 meses e, usando as determinações deles, questiona-se como seria realizado o cumprimento dessas horas por quem tem menos de 18 meses para o fim do curso, ou até mesmo aqueles que não desejam participar mais do programa por algum motivo particular. Enfim, com este vínculo de 440 horas assinado, caso não seja cumprido, qual seria a sanção ou punição sofrida por aquele que quebrar o vínculo? Pelo exposto, o Pibid e a RP têm, nesse aspecto, uma das maiores diferenças em seus editais, ou seja, 32 horas mensais ou 440 horas de programa? Sem ou com vínculo “obrigatório”?

Notamos que o Pibid não fornece um vínculo ao colocar as horas de cumprimento do programa como mensais, pois se o participante resolver sair ele conseguirá normalmente por não ter uma obrigatoriedade estendida com o programa, o que é totalmente ao contrário da RP, que trouxe em seu edital uma carga horária fixa a ser cumprida pelo participante do programa forçando um vínculo maior. Neste caso ele não poderá sair do programa com facilidade, caso seja de interesse dele. O edital é pouco claro em alguns pontos, gerando dúvidas sobre o modo em que ele será aplicado na prática, enquanto projeto institucional dentro das IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do momento inicial até o desfecho do trabalho, destacamos a importância dos aspectos legais dos respectivos programas, como forma de conhecer e compreender seus propósitos. Buscamos refletir sobre os programas nos marcos documentais, necessitando-se de estudos posteriores para apreender a efetivação dos editais na realidade em que serão executados.

Ao analisar os editais e compará-los, a fim de identificarmos as similitudes e diferenças nas seções: finalidade do edital; objetivos dos programas; das definições; instituições e cursos elegíveis; do fomento; dos requisitos de participação dos discentes e docentes, identificamos aspectos confusos que dificultaram nossa análise. Em especial, informações não presentes no



edital da RP, por exemplo: a desistência do participante da RP e o não cumprimento das horas; a BNCC como documento principal e a reformulação do estágio a partir da RP.

Observamos que o edital do Pibid trouxe de maneira mais clara o que é o programa e suas normas, o que é compreensível devido ao tempo de existência do programa que já passou, por 8 (oito) editais, enquanto a RP está em seu segundo edital

Consideramos inviável trazer determinadas respostas a partir apenas dos editais. Foram apresentadas mais similitudes do que diferenças, deixando-nos a dúvida: por que a existência de dois programas tão próximos em normativas? Por que não ampliar as possibilidades de um único programa em mais escolas? Por que não melhorar as práticas de um programa, acompanhar seus impactos e fortalecê-lo como política de Estado?

O Pibid, como foi citado no início, é um programa que teve origem em 2007 e continua até os dias de hoje, passando por vários editais. Registrou-se que o programa “sobreviveu” por cerca de três eleições para a presidência, tendo o seu momento mais conturbado no final do ano de 2017 e início de 2018, quando esteve a beira de ser finalizado.

Mesmo não sendo nosso objetivo, vale uma reflexão: coincidentemente ou não, o fato ocorreu após um período complicado na política brasileira, marcado pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Assumiu o poder o seu vice-presidente, o ex-presidente Michel Temer, acarretando vários impactos no País, afetando também a educação e havendo sucessivos cortes, inclusive no âmbito do programa.

Vale destacar, inclusive que, de início, a ideia era o fim do Pibid e a entrada da RP como um programa novo; o que parecia mais uma manobra política, a fim de levar o crédito por criar um “novo” programa visando à formação docente. Porém, devido à resistência e mobilização política entre diversos atores envolvidos no Pibid, ele permaneceu vigente, a despeito de forças contrárias. Fica clara a articulação política em que os programas se encontram, levando a dúvida sobre a criação da RP como mais uma “cartada” política do diferente, da inovação, como se o que fora feito até o momento não fosse eficiente. E, para complicar ainda mais a situação, não há articulação dos programas nos editais.



Por fim, concluímos que os programas possuem mais semelhanças do que diferenças. Quanto às diferenças, dizem respeito a sua operacionalização nas IES participantes, à carga horária exigida, ao cumprimento do estágio supervisionado e à BNCC como documento orientador.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V.; FERNANDES, N. A. M. Políticas públicas para formação de professores e seus impactos na educação básica. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 98, p. 15. 20, jan./abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

CAPES. História e Missão. **Fundação Capes**, 2008. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CAPES. Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. **Fundação Capes**, 2008. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CAPES. **Relatório de gestão Pibid**. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. Brasília. 2013.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid Chamada Pública Para Apresentação De Propostas Edital Nº 7/2018. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-7-2018-pibid-pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CAPES. EDITAL CAPES nº 06/2018 PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, 2018d. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-6-2018-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

CAPES. Linhas de ação da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB. **Fundação Capes**, 2019. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/o-que-e/92->



comunicacao/9775-linhas-de-acao-da-diretoria-de-formacao-de-professores-da-educacao-basica-deb. Acesso em: 01 ago. 2020.

COSTA, C. D. C.; ANDRADE, M. D. F. R. Formação Docente e Políticas Públicas: Uma Visão Histórica. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 9, n. 1, p. 48.61, jun. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 25-44.

MONTANDON, M. I. Políticas públicas para a formação de professores no Brasil: os programas Pibid e Prodocência. **Revista da Abem**, Londrina, v. 20, n. 28, p. 47-60, 2012.

PEREIRA, F. A.; PINHO, M. J.; PINHO, E. M. D. C. A década da educação e as políticas de formação de professores: um convite à reflexão. **Revista Tema em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2014.

ROMAGNOLLI, C.; SOUZA, S. L.; MARQUES, R. A. **Os impactos do PIBID no processo de formação inicial de professores**: experiências na parceria entre educação básica e superior. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014., Sorocaba: UNISO, 2014. p. 1-8.

TANCREDI, R. M. S. P. **Aprendizagem da docência e profissionalização**: elementos de uma discussão. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

PIBID AND PEDAGOGICAL RESIDENCE: CONSIDERATIONS OF THE PROGRAMS BASED ON THEIR BID NOTICES (2018-2019)

ABSTRACT

The present investigation sought to analyze the similarities and differences of notices N° 06/2018 of the Institutional Scholarship Program for Initiation to Teaching (Pibid) and N° 07/2018 of the Pedagogical Residency (RP), in order to understand the organization and structure of the respective programs, which are aimed at teacher training. For this purpose, a documental analysis of the notices was carried out, in the following sections: purpose of the notice; program objectives; Definitions; eligible institutions and courses; promotion; requirements for participation of students and teachers. The notices showed to have



several similarities, such as the university/school articulation, scholarship values and the insertion of the licentiate in elementary school; raising reflections on the party cycle in Brazil and educational policies. The differences identified in the notices refer, in particular, to the fellowship of the scholarship holder (licensing) and the conditions for their entry into the RP. There was also no articulation between the programs in the notices. Based on the data, some RP regulations were considered ambiguous, generating doubts about their implementation.

Keywords: Pedagogical Residency. Pibid Teacher Training.

PIBID Y RESIDENCIA PEDAGÓGICA: CONSIDERACIONES DE LOS PROGRAMAS EN BASE A SUS EDICTOS (2018-2019)

RESUMEN

La presente investigación buscó analizar las similitudes y diferencias de los edictos N° 06/2018 del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia (Pibid) y N° 07/2018 de la Residencia Pedagógica (RP), con el fin de comprender la organización y estructura de los respectivos programas, que están orientados a la formación docente. Para ello, se realizó un análisis documental de los edictos, en los siguientes apartados: objeto de los edictos; objetivos del programa; Definiciones; instituciones y cursos elegibles; promoción; requisitos para la participación de estudiantes y profesores. Los edictos mostraron tener varias similitudes, como la articulación universidad / escuela, los valores de la beca y la inserción del licenciado en la escuela primaria; planteando reflexiones sobre el ciclo de partidos en Brasil y las políticas educativas. Las diferencias identificadas en los edictos se refieren, en particular, a la beca del becario (licenciamiento) y las condiciones para su ingreso al RP. Tampoco hubo articulación entre los programas en los edictos. Con base en los datos, algunas regulaciones de RP se consideraron ambiguas, lo que generó dudas sobre su implementación.

Palabras clave: Residencia pedagógica. Pibid. Formación de profesores.

Submetido em: novembro de 2021.

Aprovado em: agosto de 2022.

Publicado em: agosto de 2022.